

## DA COMPATIBILIDADE ENTRE ESCOLAS DE PENSAMENTO HETERODOXAS: ECONOMIA PÓS-KEYNESIANA E VELHA ECONOMIA INSTITUCIONAL

*THE COMPATIBILITY BETWEEN HETERODOX SCHOOLS OF THOUGHT: POST-KEYNESIAN ECONOMICS AND  
AMERICAN INSTITUTIONALISM*

Carolina Miranda Cavalcante<sup>1</sup>

### Resumo

O objetivo desse artigo é a apresentação de possíveis pontos de contato entre a abordagem keynesiana e a institucionalista. A ideia lakatosiana de programa de pesquisa científico é utilizada como forma de distinguir as diferentes visões de mundo, ou ontologias, presentes tanto no âmbito do pensamento institucionalista quanto nas diversas escolas keynesianas. Contudo, o critério instrumental de escolha entre teorias, sugerido por Imre Lakatos, é negado em favor de um racionalismo julgamental, conforme elaborado por Roy Bhaskar e Tony Lawson. Por fim, identifica-se uma proximidade ontológica entre a economia pós-keynesiana e a velha economia institucional.

**Palavras-chave:** keynesianismo, economia institucional, realismo crítico, ontologia, programa de pesquisa científico

### Abstract

The aim of this article is the presentation of possible contact points between Keynesian and institutionalist approach. The Lakatosian idea of scientific research program is used in order to distinguish the different world views, or ontologies, present both in the institutionalist thought as in Keynesian schools. However, the instrumental criterion for choosing between theories, suggested by Imre Lakatos, is denied in favor of a judgmental rationalism, as elaborated by Roy Bhaskar and Tony Lawson. Finally, we identify an ontological proximity between post-Keynesian economics and old institutional economics.

**Keywords:** Keynesianism, institutional economics, critical realism, ontology, scientific research program

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta. Faculdade Nacional de Direito (UFRJ).

## 1. Introdução: do escopo do trabalho e algumas noções metodológicas iniciais

O objetivo desse trabalho é a apresentação de possíveis pontos em comum entre keynesianos e institucionalistas. Desde a década de 1970 a heterodoxia teria contribuído criticamente para o debate em Economia com pelo menos cinco escolas de pensamento: economia pós-keynesiana, economia institucional, economia austríaca, escola da regulação e abordagens marxistas (Hodgson, 1999a, p.11-12). Diante da diversidade no campo heterodoxo Lawson (2003a, 2005b) assinala que essa pluralidade refere-se aos diferentes focos analíticos das mencionadas escolas de pensamento, não havendo entre elas uma distinção ontológica<sup>2</sup>.

Utilizo o conceito de programa de pesquisa científico (PPC) lakatosiano, o qual é composto de um núcleo rígido (paradigma, ontologia ou visão de mundo) e um cinturão protetor (teorias que compartilham uma mesma visão de mundo). Thomas Kuhn divide o paradigma em dois componentes: (i) matrizes exemplares, consistem na resolução concreta de problemas, estudos de caso e exemplos; (ii) matrizes disciplinares, respondem pelo conjunto de crenças, valores e técnicas compartilhadas pelos cientistas. Nesse sentido, um paradigma fornece através da definição e delimitação do objeto de estudo uma concepção de como é o mundo, como este se constitui e funciona, ou seja, delineia uma visão de mundo, uma ontologia. O cinturão protetor estabelece os limites de um PPC, agregando em seu interior todas aquelas teorias que compartilham uma mesma visão de mundo<sup>3</sup>.

Contudo, não adoto o critério preditivo de escolha entre PPC's de Lakatos, que sustenta que PPC's progressivos devem ser teórica e empiricamente progressivos, o que significa que esses PPC's produzem teorias capazes de prever fatos novos e esses fatos novos previstos devem ser corroborados empiricamente. A previsão não parece ser um critério legítimo de avaliação teórica, pois, primeiro, o futuro é imprevisível, segundo, tal

<sup>2</sup> Lawson (1994, 1999, 2003a, 2003b, 2005a, 2005b) realiza uma série de leituras do pensamento pós-keynesiano e do institucionalismo americano a partir do realismo crítico.

<sup>3</sup> Para as discussões relativas às metodologias de Kuhn e Lakatos ver Caldwell (1982). Especificamente sobre a concepção kuhniana de paradigmas ver Kuhn (2003).

critério envolve uma circularidade entre o conjunto de dados que fundamentam as previsões e a evidência empírica que serve de instância de teste<sup>4</sup>. Acredito ser a noção de crítica explanatória a mais adequada à avaliação de duas ou mais tradições de pensamento (ou PPC's)<sup>5</sup>. De forma sintética, dada uma realidade intransitiva – que independe, ao menos *relativamente*, de sua descrição e/ou identificação pelo sujeito cognoscente – e teorias ontologicamente fundamentadas, é possível avaliar diferentes teorias ou tradições de pensamento a partir da visão de mundo nelas implicadas. Portanto, o simples fato de duas teorias tratarem de temáticas próximas não as torna ontologicamente compatíveis, e apesar de produzirem visões de mundo diferentes isso não implica que tais teorias sejam incomensuráveis, pois a intransitividade do objeto permite que elas sejam cotejadas.

Esses conceitos metodológicos serão importantes para a caracterização das escolas de pensamento que constituem o objeto desse trabalho, a economia keynesiana e a institucionalista. Tais escolas de pensamento não são homogêneas, e apesar de compartilharem temáticas comuns no âmbito da Macroeconomia e do Institucionalismo, pós-keynesianos e novos-keynesianos/ novo-clássicos, e velhos institucionalistas e novos institucionalistas, respectivamente, possuem visões de mundo diferentes, compartilhando programas de pesquisa distintos. Pós-keynesianos e velhos institucionalistas partilham um PPC heterodoxo, enquanto novos-keynesianos, novo-clássicos e novos institucionalistas fariam parte do PPC neoclássico. Nesse sentido, seria incomum unir novo-clássicos e velhos institucionalistas no âmbito de um mesmo PPC. A compatibilização que se busca aqui é, portanto, entre pós-keynesianos e velhos institucionalistas.

O presente trabalho encontra-se dividido em três partes além dessa introdução e da conclusão. Na primeira e na segunda parte contextualizo, respectivamente, a escola institucional e os keynesianos nos debates em Economia. Na terceira parte apresento os pontos em comum entre institucionalistas e pós-keynesianos, com base na literatura especializada.

<sup>4</sup> Ver Duayer; Medeiros; Paineira, 2001b, p. 759.

<sup>5</sup> O conceito de crítica explanatória está baseado na metodologia crítico-realista. Ver Lawson (1997).

## 2. Economia Institucional

A economia institucional não é uma escola de pensamento homogênea, comportando pelo menos duas vertentes: a velha economia institucional (VEI), inaugurada por Veblen, Commons e Mitchell, e a nova economia institucional (NEI), fundada por Coase, North e Williamson. Rutherford assinala ainda subdivisões tanto no interior da VEI quanto da NEI. De acordo com o autor, uma corrente da VEI, liderada por Veblen e Ayres, enfatizava uma dicotomia entre os modos cerimonial (instituições, estáticas) e instrumental (tecnologia, dinâmica) de pensar e fazer coisas, enquanto outra, liderada por Commons, se concentrava em questões relativas a direitos de propriedade e organizações (Rutherford, 1994, p.1-2). Essa última corrente estaria mais próxima da NEI, que, por sua vez, pode ser subdividida em um *core* neoclássico e um *core* austríaco, o último baseado no trabalho de Hayek concernente às instituições, bem como nos recentes desenvolvimentos de Langlois e Nelson e Winter (Rutherford, 1994, p.3). Dentre os autores que compartilham o *core* neoclássico da NEI existiria também certa diversidade, Théret (2003) identifica pelo menos três vertentes: (i) Coase e Williamson, teoria da firma e custos de transação; (ii) North e Matthews, mudança institucional e história econômica; (iii) Schelling, Schotter e Shubik, teoria dos jogos e equilíbrio num contexto de interações estratégicas.

Essa pluralidade no interior da economia institucional reflete não apenas diferentes focos analíticos, mas também divergências ontológicas significativas, que podem ser verificadas através da formação mesma dos programas de pesquisa da VEI e da NEI.

### 2.1. Velha Economia Institucional

As instituições somente foram explicitamente consideradas na teoria econômica com o advento da VEI, que sofreu influências da Escola Histórica Alemã, conhecida por ter

empreendido a famosa batalha dos métodos (*Methodenstreit*) com a Escola Austríaca<sup>6</sup>. A VEI tornou o projeto da economia institucional atrativo através da afirmação de seu caráter de *ciência empírica* (Rutherford, 2001, p.177). Veblen, em seu artigo *Why is Economics not an Evolutionary Science*, considerado a obra inaugural da economia institucional enquanto disciplina da Economia, identificou como não evolucionárias a Economia Clássica, a Escola História Alemã e a Economia Austríaca. Para Veblen “uma economia evolucionária deveria ser a teoria do processo de crescimento cultural conforme determinado pelo interesse econômico, a teoria de uma seqüência cumulativa de instituições econômicas estabelecidas em termos do processo mesmo” (Veblen, 1961[1898], p.77). As principais críticas de Veblen à economia ortodoxa referiam-se: (i) à concepção do homem como um *lightning calculator* de dor e prazer (hedonismo); (ii) ao foco no comportamento individual (taxonomia); (iii) à noção de lei natural teleológica, que imputaria aos processos uma finalidade terminal (animismo). Backhouse (1985, p.227) aponta ainda a crítica de Veblen aos métodos dedutivo e indutivo.

A objeção ao animismo refere-se às avaliações ortodoxas do processo econômico, que nele incutem uma teleologia imanente. Inicialmente Veblen atribui uma determinada modalidade de teleologia aos fisiocratas, a saber, uma visão *animista* do processo econômico, em que é identificada uma intencionalidade nos processos naturais. Outra modalidade de teleologia é identificada por Veblen no *homem econômico*, em que num ambiente competitivo, todos os fenômenos econômicos passam a encontrar explicação a partir dos propósitos desse homem econômico, normalmente já imbuído de todos os atributos necessários para a realização de uma escolha perfeitamente racional (agente como um *lightning calculator*).

---

<sup>6</sup> Hodgson (2001) e Rutherford (2001) destacam a disputa entre o método indutivo da Escola Histórica Alemã e o método dedutivo da Escola Austríaca. Aparentemente essa batalha dos métodos encontrou uma trégua na proposta conciliadora de Neville Keynes, em que o método apropriado – indutivo ou dedutivo – deve ser escolhido de acordo com o objeto que se pretende investigar. No entanto, Lawson (1997) desenvolve um argumento, fundamentado nos debates em filosofia da ciência, sugerindo que nem o método dedutivo nem o indutivo seriam capazes de proporcionar uma objetividade científica, a alternativa seria o método retrodutivo. Hodgson (1994, p.61) propõe uma distinção semelhante entre o método dedutivo e/ou indutivo do *mainstream* e o método abduutivo da velha economia institucional.

Em sua crítica ao hedonismo, Veblen destaca o fato de que o “principal determinante do comportamento não eram os instintos, mas as instituições” (Backhouse, 1985, p.227). Nesse sentido, é importante destacar a ideia de evolução cultural de Veblen, em que a mudança institucional encontra-se “baseada num complexo processo evolucionário no qual as condições materiais da vida interagem com os hábitos mentais” (Backhouse, 1985, p.222). Não existe algo como um *homem econômico* despojado de qualquer sociabilidade, mas que, no entanto, é capaz de realizar todos os cálculos racionais necessários para maximizar seu estoque de prazer e dor, pois as escolhas, as ações, as relações, humanas são sempre mediadas por categorias sociais, por instituições. De acordo com a ideia de evolução cultural de Veblen, os hábitos mentais emergem das condições materiais, as modificando ao longo do tempo.

Veblen refuta o método dedutivo pelo fato deste não fazer referência à evidência empírica, e o método indutivo por não produzir qualquer teoria (Backhouse, 1985, p.227). Ou seja, de um lado são obtidas teorias sem referência ao mundo real – método dedutivo –, e por outro lado são capturadas evidências empíricas sem qualquer teoria a elas subjacente – método indutivo. Essa dicotomia entre esses dois métodos era a razão mesma do *Methodenstreit*, conforme assinalado acima.

A partir dessas críticas de Veblen à ortodoxia é possível identificar o papel que o autor destina às instituições no processo econômico. Em contraste com as teorias ortodoxas, a proposta de Veblen de consideração das instituições como hábitos mentais inclui a instância na qual os sujeitos absorvem regras e normas de conduta sociais. Backhouse (1985) chama a atenção para o fato de que uma ideia de *endogeneidade das preferências* já estaria presente em Veblen<sup>7</sup>. Nesse sentido, as instituições, entendidas como regras e normas de comportamento, assumem o papel de possibilitar a ação dos sujeitos em sociedade. As instituições possuem, por conseguinte, uma dimensão de condicionamento e uma dimensão de liberdade, uma vez que a intencionalidade inerente à ação humana não é

---

<sup>7</sup> Hodgson sugere uma “causação reconstitutiva de cima para baixo”, em que as instituições são capazes de moldar as preferências dos indivíduos (Hodgson, 2001, p.100).

negada. Existe, nesse esquema conceitual, a possibilidade de mudança do comportamento individual através da transformação institucional. Todavia, tal transformação institucional encontra limites na própria ação individual, pois é somente através da ação dos sujeitos que as instituições se mantêm, por conseguinte, eventualmente se transformam<sup>8</sup>.

Todavia, apesar das críticas de Veblen à ortodoxia econômica, a proposta da VEI logo foi ofuscada pela resposta ortodoxa, que incorporou as temáticas concernentes às instituições em seu arcabouço teórico através da NEI.

## 2.2. Nova Economia Institucional

O *status* de ciência empírica garantira à VEI o *mainstream* econômico na Academia americana no entre guerras (Rutherford, 2001). No entanto, após a segunda guerra mundial, a situação havia mudado. Com a emergência dos métodos econométricos de análise o argumento da VEI, que vindicava para si o posto de ciência empírica, ficou enfraquecido. Não foi mais possível sustentar o argumento de que a ortodoxia econômica não atendia os critérios de cientificidade por não se comprometer com a investigação da evidência empírica. A ortodoxia recupera o espaço ocupado pela VEI no entre guerras.

A consideração de questões relativas às instituições não foi esquecida, mas retomada pela NEI a partir de outra perspectiva teórica. Ao contrário da VEI, a NEI não procurava construir um programa de pesquisa alternativo, mas contribuir com o desenvolvimento da tradição de pensamento dominante à sua época, a tradição neoclássica. A contribuição da NEI compreende, em termos gerais, a inserção das instituições na análise

---

<sup>8</sup> O problema metodológico quanto à prioridade da ação ou da estrutura advém, em última análise, do não reconhecimento de que ação humana e estruturas sociais são ontologicamente distintas. As estruturas sociais possuem uma modalidade de movimento causal, assumindo uma *relativa* durabilidade e autonomia em relação à ação humana. A categoria da intencionalidade está restrita à ação humana, apenas indivíduos agem intencionalmente orientados por projetos, estruturas sociais não possuem uma finalidade inerente, nesse sentido, não se movem teleologicamente ao encontro de resultados pré-estabelecidos. Esse ponto é destacado por filósofos como Bhaskar e Lukács (Cavalcante, 2005).

econômica a partir do instrumental teórico neoclássico (Rutherford, 2001, p.187). Douglass North, um dos autores fundadores da NEI, é ilustrativo a esse respeito.

A estrutura analítica é uma modificação da teoria neoclássica. O que esta retém é o suposto fundamental de escassez e, portanto, competição e as ferramentas analíticas da teoria microeconômica. O que esta modifica é o suposto de racionalidade. O que esta adiciona é a dimensão do tempo (North, 1993).

O artigo de Coase, *The Nature of the Firm*, é considerado a obra inaugural da NEI. Nesse artigo de 1937 o autor insere a ideia de custos de transação na análise econômica (Coase, 1998, p.72), posteriormente desenvolvida por Williamson. Coase (1937) afirma que nem sempre o mecanismo de preços funciona plenamente, existindo custos de transação inerentes à atividade econômica. O papel da firma é justamente a redução de tais custos de transação, que seriam maiores caso não existissem essas organizações, que operam como mecanismos alternativos de alocação de recursos<sup>9</sup>. Coase atribui a denominação *nova* economia institucional a Williamson, que assim a denomina como forma de diferenciá-la da *velha* economia institucional (Coase, 1998, p.72).

Tanto a NEI quanto a VEI sustentam uma discussão interdisciplinar, contudo, alerta Rutherford (2001), para uma colaboração frutífera entre a NEI e as outras ciências sociais é preciso cuidar da tensão entre os pressupostos neoclássicos e conceitos mais amplos como *normas sociais e valores compartilhados*<sup>10</sup>. Rutherford questiona ainda a adequação do instrumental neoclássico, inerente a NEI, para a análise das questões levantadas pela VEI.

Como foi possível observar, a economia institucional se divide em duas grandes vertentes, a VEI, que propõe um programa de pesquisa alternativo ao que à época de

<sup>9</sup> Coase reconhece pelo menos três mecanismos de alocação de recursos: o mercado, a firma e o Estado. A escolha do mecanismo de alocação é realizada com base no custo marginal da incorporação de um contrato a mais no interior da firma, caso seja positivo decide-se pela alocação no mercado. Ver Coase (1937, 1960, 1991).

<sup>10</sup> Um exemplo de diálogo interdisciplinar é a reabertura do debate entre Sociologia e Economia, que pode ser entendido tanto sob a ótica da Nova Sociologia Econômica, que busca ampliar os aspectos envolvidos na ação humana para além do comportamento racional maximizador, quanto sob a ótica do imperialismo econômico, liderado por Gary Becker, no qual se propõe a aplicação do arcabouço utilitarista a todas as ciências sociais (Raud-Mattedi, 2005).

Veblen constituía apenas o germe do que atualmente é a tradição neoclássica, e a NEI, que se estabelece como uma ampliação do conjunto de problemas analisados pelo instrumental teórico neoclássico. Embora a NEI tenha uma posição de destaque no âmbito da economia institucional moderna, a tradição vebleniana encontrou sua continuidade através do trabalho de institucionalistas contemporâneos, ou pós-veblenianos, como Geoffrey Hodgson, Warren Samuels e William Dugger<sup>11</sup>.

### 3. Economia Keynesiana

Assim como existe uma heterogeneidade no âmbito do pensamento institucionalistas, a obra de Keynes suscitou diversas leituras e controvérsias<sup>12</sup>. Os velhos-keynesianos lançam o debate em torno da velocidade da mão invisível, ideia que somente seria abandonada com o advento da economia pós-keynesiana na década de 1970.

#### 3.1. Velhos-keynesianos, novo-clássicos e novos-keynesianos

A leitura velho-keynesiana foi dominante nas décadas de 1950/60, em que seus principais autores foram James Tobin, Paul Samuelson, Franco Modigliani e Robert Solow. Os velhos-keynesianos reconheciam a revolução de Keynes apenas no âmbito da política econômica, assumindo a ideia de lentidão da mão invisível. Nesse sentido, o governo deveria intervir porque salários e preços nominais são rígidos, o que seria a causa da lentidão da mão invisível. Na década de 1970 os velhos-keynesianos, em defesa da política fiscal, entram em contenda com o monetarismo de Milton Friedman, defensor da política monetária.

Uma nova versão do monetarismo surge com Robert Lucas, que inaugura a corrente novo-clássica. Os novos clássicos criticam os velhos-keynesianos no que concerne à

<sup>11</sup> Ver Ferrari e Conceição (2001, p.9) e Conceição (2001, 2004).

<sup>12</sup> A menos que seja feita referência em contrário, a exposição das subseções seguinte se baseia em Lima; Sicsú; Paula (1999).

ausência de uma análise dos microfundamentos explicativos da existência de uma rigidez de preços e salários. Lucas é responsável ainda pelo conceito de expectativas racionais, o qual supõe que os indivíduos, ao formarem suas expectativas, usam toda a informação disponível e conhecem o funcionamento da economia. Num mundo onde os indivíduos são dotados de expectativas racionais a política econômica é inócua, pois os indivíduos seriam capazes de se antecipar a tais políticas tornando-as ineficazes. Os novos clássicos retomam a ideia de ajuste automático do mercado via preços e salários.

Na década de 1980 surgem os novos-keynesianos, cujos principais autores são Joseph Stiglitz, Gregory Mankiw e David Romer. Os novos-keynesianos propõem um retorno aos novos clássicos, desenvolvendo modelos no intuito de provar que a mão invisível existe e opera de forma ineficiente. Adicionam à ideia de expectativas racionais a ideia de imperfeições de mercado, afirmando a possibilidade de equilíbrio com desemprego por conta da rigidez de salários e preços. Ademais, os novos-keynesianos avançam a partir da crítica novo-clássica aos velhos-keynesianos, fornecendo microfundamentos para a existência da rigidez de preços e salários através das noções de custos de *menu* e de salário eficiência.

### 3.2. Economia pós-keynesiana

A corrente pós-keynesiana surge na década de 1970 a partir dos trabalhos de Paul Davidson e Hyman Minsky. Os pós-keynesianos se destacam em relação às leituras da obra de Keynes por rejeitarem a ideia de uma mão invisível, o que os coloca em campos opostos em relação aos novos clássicos; rejeitam ainda a concepção de que a hipótese de uma mão invisível lenta seja necessária para a explicação do desemprego, o que os distancia dos velhos-keynesianos. Para os pós-keynesianos, a revolução keynesiana estaria baseada numa análise oposta à visão de mundo neoclássica, em que a ideia de um equilíbrio atemporal é negada (Davidson, 1978, p.14). Contudo, a afirmação da inexistência de equilíbrio não implica que os eventos econômicos não possuam uma ordem teoricamente apreensível. O

equilíbrio é uma entidade teórica, enquanto a questão da realidade possuir ou não uma ordem teoricamente apreensível refere-se às propriedades do objeto de estudo. O fato é que “a viabilidade da economia como ciência repousa no suposto de que existe uma ordem econômica capaz de gerar regularidades cuja identificação é a meta da atividade científica” (Carvalho, 1994, p.179).

A negação de microfundamentos distancia, por fim, o pensamento pós-keynesiano tanto de novos clássicos quanto de novos-keynesianos. Numa perspectiva pós-keynesiana não faz sentido buscar os microfundamentos da macroeconomia, mas “usar a microeconomia para iluminar os motivos, escolhas e estratégias e a macroeconomia para compreender possibilidades, restrições, e desenvolvimentos efetivos” (Feijó, 2006, p.1). Segundo Oliveira Lima (1999), a questão relevante remete à compreensão de como os comportamentos individuais podem se compatibilizar e estabilizar, o que remete antes ao estudo dos fundamentos institucionais do que aos microfundamentos.

Deste modo, os pós-keynesianos afirmam o pensamento de Keynes como constitutivo de uma nova visão de mundo, alternativa à visão de mundo (neo)clássica (Davidson, 1978; Carvalho, 1989, 1992; Chick, 2002). A crítica pós-keynesiana não é uma crítica imanente, ou seja, interna ao programa de pesquisa neoclássico, mas se apresenta como uma crítica externa, e enquanto tal busca desenvolver seu próprio programa de pesquisa, com seus próprios problemas e categorias teóricas. “Não se busca formas alternativas de dar sentido à construção ortodoxa ou de introduzir qualificações a seus postulados, mas, sim, de estabelecer visão paralela, autônoma, concorrente à escola ortodoxa” (Carvalho, 1989, p.180).

O objeto da teoria pós-keynesiana, desenvolvido por Davidson, é definido em torno de três pontos: (i) o processo de decisão ocorre num ambiente de incerteza não probabilística; (ii) não neutralidade da moeda; (iii) necessidade do estabelecimento de um sistema de contratos como um instrumento básico pelo qual os agentes alcançam algum tipo de coordenação perante o futuro incerto (Lima; Sicsú; Paula, 1999, p.20). Essa definição aponta para uma ideia central ao pensamento pós-keynesiano, a de *economia*

*monetária de produção*, a qual somente é possível num ambiente de incerteza, no qual a moeda não é neutra (Davidson, 1978). “Esta economia monetária não se define apenas pela presença de moeda, mas pela *não-neutralidade* da moeda, no curto como no longo período” (Carvalho, 1989, p.180).

O conceito de economia monetária aponta para a inovação teórica de Keynes no que concerne à reformulação das funções da moeda. A moeda deixa de ser neutra, como nos postulados clássicos, para ser compreendida como um ativo, desejado pelos agentes. Naturalmente, o papel da moeda como um ativo somente faz sentido num ambiente de incerteza, no qual os agentes possuem uma razão para reter moeda. A função de reserva de valor da moeda desafia o mais importante postulado clássico – a lei de Say –, pois se os agentes demandam moeda não apenas para realizar transações, mas também para se precaver com relação a um futuro incerto, esse entesouramento pode causar um desajuste entre oferta e demanda. Ao contrário dos clássicos, e em oposição direta à lei de Say, Keynes afirma que é a demanda efetiva que determina a oferta, posto que os empresários pautarão suas decisões acerca de quanto produzir a partir da expectativa de demanda futura por seus produtos, comparando-a com os custos envolvidos em sua produção, caso o retorno seja satisfatório, os empresários decidirão investir. Ao decidir pelo investimento, o empresário contratará trabalhadores, que uma vez empregados receberão um salário, em parte convertido em consumo, o que representa um aumento na demanda efetiva. Tal aumento na demanda poderá gerar expectativas otimistas quanto à demanda futura, fazendo com que os empresários façam novos investimentos, contratando mais trabalhadores, aumentando a demanda efetiva e assim por diante. Gera-se, portanto, um ciclo virtuoso de crescimento econômico, em que a demanda é o *input* que dispara esse ciclo através da influência positiva que exerce sobre as decisões de investimento.

A inserção do conceito de economia monetária é, portanto, fundamental para os pós-keynesianos, pois afirma aquela que talvez seja a ideia central do pensamento de Keynes, a saber, a compreensão da moeda como um ativo, como um fator “real” de uma economia monetária (Carvalho, 1989, 191). Deste modo, os pós-keynesianos negam as

leituras da *Teoria Geral* como um caso particular de teorias neoclássicas, que buscam enquadrar os problemas propostos por Keynes num conjunto de questões postas pelo programa de pesquisa neoclássico. Os pós-keynesianos sustentam que Keynes pretendia romper com a visão de mundo (neo)clássica, o que parece ter sido negligenciado e/ou negado pelas demais correntes keynesianas.

#### 4. Conexões entre pós-keynesianos e institucionalistas

Atualmente é possível identificar na literatura econômica um conjunto de autores que busca pontos de contato entre a escola pós-keynesiana e a VEI. Alguns trabalhos que tem como objetivo explícito uma combinação dessas duas escolas de pensamento são Hodgson (1989, 1999b), Ferrari e Conceição (2001) e Radzicki (2003, 2004)<sup>13</sup>.

##### 4.1. Instituições e processo de tomada de decisão

Hodgson identifica a possibilidade de colaboração entre pós-keynesianos e institucionalistas no que concerne ao processo de tomada de decisão, fundamentado no ambiente institucional. O autor sustenta ainda que as escolas de pensamento mais próximas de Keynes são a economia pós-keynesiana e a VEI. Contudo, antes de trazer a contribuição institucionalista para o debate, Hodgson investiga possíveis compatibilidades de alguns autores com o pensamento de Keynes – Piero Sraffa, Herbert Simon e George Shackle<sup>14</sup>. Alguns aspectos do pensamento de Sraffa interditam uma compatibilização com o pensamento de Keynes, como a negação de um papel central para a incerteza e as

---

<sup>13</sup> Outras aproximações entre economia pós-keynesiana e o institucionalismo podem ser encontradas em Forstater (2001) e Conceição (2004). Augusto (2006) compatibiliza não apenas pós-keynesianos e institucionalistas, mas também essas duas escolas de pensamento com a abordagem da regulação. Richter (2001) busca um diálogo entre keynesianos e institucionalistas, mas a partir de escolas de pensamento mais alinhadas com o programa de pesquisa neoclássico, a saber, os novos-keynesianos e a NEI.

<sup>14</sup> A menos que seja feita referência em contrário, os comentários acerca da compatibilidade do pensamento de Sraffa, Simon e Shackle com Keynes e a economia pós-keynesiana são realizadas com base em Hodgson (1989).

expectativas, a não sustentação de uma noção de tempo histórico, o não reconhecimento da moeda como uma mercadoria especial e a ausência de uma teoria da ação humana. Ao enfatizar a importância da incerteza e da incompletude do conhecimento no processo de tomada de decisão, Herbert Simon se aproximaria do pensamento de Keynes.

Simon critica a noção de *substantive rationality* com base no argumento de que os indivíduos possuem uma limitação computacional, não sendo capazes de processar toda a informação disponível. De acordo com Simon, os indivíduos são dotados de uma racionalidade limitada (ou *procedural rationality*). “O termo ‘racionalidade limitada’ é usado para designar escolha racional que leva em consideração as limitações cognitivas do agente que toma decisões – limitações tanto do conhecimento quanto da capacidade computacional” (Simon, 1987, p.15). A ausência de uma capacidade de processamento completa ou global – conforme assinala Veblen (1962[1998]), os agentes não são *lightning calculators* –, impede que os indivíduos maximizem, mas é possível que estes atinjam um resultado aceitável, ou *satisficing* nos termos de Simon. Entretanto, o foco exclusivo no processo de tomada de decisão dos agentes impossibilitaria uma completa aproximação do pensamento de Simon ao de Keynes. Conforme assinala Hodgson, o objetivo da ciência social para Keynes, Marx e outros, é a explicação dos resultados intencionados e não intencionados da ação humana. Nesse sentido, os economistas behaviouristas como Simon seriam deficientes na consideração das conseqüências não intencionadas que resultam das interações dos agentes (Hodgson, 1989, p.101). Ademais, é preciso acrescentar, a informação necessária para a tomada de decisão pode não estar disponível, dada a presença de incerteza no ambiente econômico. Talvez o foco exclusivo na tomada de decisão, o que caracteriza uma perspectiva essencialmente microeconômica, tenha impedido Simon de considerar a incerteza ligada à inexistência de determinadas informações.

A incerteza que povoa a natureza econômica é causada não pela simples incapacidade dos agentes coletarem e processarem todas as informações disponíveis, mas pelo fato de que as informações necessárias não existem no momento da tomada de decisão: tal informação

existirá apenas no futuro, que por sua vez, ainda será criado pelos agentes (Moreira, 2006, 201).

Por fim, Hodgson (1989) considera as contribuições de Shackle. O que tornaria Shackle um autor bastante próximo de Keynes seria a consideração das expectativas no processo de tomada de decisão e o conceito de surpresa potencial, que remeteria à ideia de incerteza não probabilística. Dizer que o ambiente econômico é constituído de eventos incertos não significa que tais eventos sejam pouco prováveis, mas que não podemos saber com certeza o que acontecerá no futuro pela simples razão de que este dependerá de ações presentes, cujo resultado não pode ser inferido antes de sua efetivação. No processo de tomada de decisão, os agentes baseiam suas ações em parte no que esperam da configuração efetiva do ambiente econômico futuro, ou seja, os agentes formam expectativas. Tais expectativas não se fundamentam em “nada sólido, determinável, demonstrável. ‘Nós simplesmente não sabemos’” (Shackle *apud* Hodgson, 1989, p.102).

Quanto à indeterminação do futuro, assinala Hodgson (1989), tanto Keynes quanto Shackle e Hayek concordariam, o que distanciaria esses autores seria a compreensão de como são formadas as expectativas e se essa é uma questão importante para a Economia. Para Hayek, a explicação dos fundamentos da ação consciente seria tarefa da Psicologia, não da ciência social (Hodgson, 1989, p.103). Segundo Shackle, as expectativas seriam totalmente não causadas, conseqüentemente não explicadas no âmbito da Economia. “Shackle sugere que ações e expectativas são, para os propósitos da consideração teórica, *completamente* não causadas, e a esse respeito difere de Keynes” (Hodgson, 1989, p.102). De acordo com Hodgson, não se deve passar da ideia de que a ação humana possui causas não causadas para a afirmação de que não existe qualquer fator responsável pelo molde das decisões e ações humanas. Keynes teria, mesmo que de forma vaga, mencionado a ideia de que as expectativas sobre o futuro de baseiam na psicologia dos indivíduos (Hodgson, 1989, p.102). Hodgson propõe em seguida um fundamento institucionalista para a formação das expectativas.

A ação, em resumo, é parcialmente determinada, e parcialmente indeterminada: em parte previsível, mas em parte imprevisível. O futuro econômico é ainda incerto, no sentido mais radical; ao mesmo tempo, todavia, a realidade econômica exhibe um grau de padrão e ordem (Hodgson, 1989, p.104).

A referência aos elementos de padrão e ordem remete à concepção de que a condição para a ocorrência da ação humana (intencional) é a existência de estruturas sociais dotadas de *relativa* durabilidade e autonomia (Lawson, 1997, 2003b). De modo geral instituições podem ser definidas como tipos especiais de estruturas sociais.

Sem cometer muita violência à literatura relevante, nós podemos definir *instituições* como sistemas de regras sociais estabelecidas e prevaletentes que estruturam as interações sociais. Linguagem, moeda, lei, sistema de pesos e medidas, maneiras à mesa, e firmas (e outras organizações) são, portanto, todos instituições (Hodgson, 2006, p.2).

O conceito de instituição adotado por Hodgson remete à definição vebleniana de instituição com hábito de pensamento. A função do hábito na vida social seria ajudar os indivíduos a lidar com a complexidade do ambiente, pois proporcionaria um modo de manter um padrão de comportamento sem que seja necessário realizar cálculos racionais globais (Hodgson, 1989, p.106). Hodgson indica que a ideia de hábito aparece explicitamente na obra de Keynes quando este considera o comportamento do consumidor – “o padrão de vida de um ‘homem’ usualmente possui a primeira palavra em sua renda” (Hodgson, 1989, p.107).

Outro exemplo da influência do hábito, ou das instituições, na vida social pode ser observado através do argumento de Thanos Skouras, que segundo, Hodgson (1989) forneceria uma teoria dos preços institucionalista, alternativa à teoria dos preços neoclássica. Na teoria dos preços neoclássica, caso um preço  $P_1$  seja maior que o preço de equilíbrio  $P^*$ , haverá uma oferta acima e uma demanda abaixo da quantidade ótima, de modo que uma redução no preço  $P_1$  resultará de ajustamentos promovidos pelos agentes individuais. Na teoria dos preços de Skouras, a existência do hábito permite que os agentes respondam ao preço  $P_1$  sem que necessariamente ocorra uma redução de  $P_1$  e conseqüente convergência ao preço  $P^*$ ; o preço  $P_1$  pode nem se alterar, tudo vai depender da percepção

que os agentes possuem de P1, percepção esta fundamentada no hábito. Se os agentes percebem o preço P1 como um preço baixo, então, ao contrário do indivíduo neoclássico, os demandantes comprarão mais e os ofertantes decidirão vender menos, sem que o preço P1 seja alterado. A ideia central é que um preço normal ou de equilíbrio é formado, em parte, pela *experiência histórica* (Hodgson, 1989, p.110). “Como Shackle argumenta em seu capítulo sobre ‘preços e convenções’, preços que ‘tem permanecido em níveis particulares por algum tempo adquirem desse modo alguma sanção e autoridade’” (Hodgson, 1989, p.112). Mesmo em mercados onde os preços são voláteis existem normas e regras que permitem seu funcionamento.

Nós devemos concluir que mesmo num mercado potencialmente volátil onde dramáticas mudanças de preços são possíveis, a troca é estruturada e a informação é publicada seletivamente de modo a ajudar a formação das expectativas e normas quanto aos preços (Hodgson, 1989, p.113).

Desta maneira, pode-se observar que num ambiente no qual os agentes decidem sob incerteza, as instituições assumem um importante papel de fundamentação das ações e decisões dos agentes econômicos. Vejamos na seqüência como instituições especiais como moeda e firmas se integram organicamente ao sistema econômico<sup>15</sup>.

#### 4.2. Instituições especiais: moeda e firmas

Ferrari e Conceição (2001) destacam a importância das instituições na vida social, especificamente, no que concerne à compatibilidade da VEI com o pensamento pós-keynesiano, os autores assinalam o papel de uma instituição especial, a moeda, no processo de tomada de decisão dos agentes<sup>16</sup>. Num ambiente de incerteza, os agentes decidem com

<sup>15</sup> Seria possível inserir o Estado nessas instituições especiais. Conforme assinala Chang (2002, p.546), o Estado é uma instituição responsável pela criação e regulação de determinadas instituições. Todavia, o Estado não será objeto da subseção seguinte.

<sup>16</sup> No artigo *The Preconceptions of Economic Science*, Veblen (1961[1899], p. 124-125) assinala que, para os pedestres (*plain man*), a moeda não é meramente uma “*great wheel of circulation*”, visto que estamos numa *Geldwirtschaft* (economia monetária).

base em expectativas fundamentadas em instituições, num conjunto de regras e normas historicamente moldadas. Ademais, numa economia monetária de produção, a instituição da moeda possui um papel central nesse processo de tomada de decisão, cujo resultado será a configuração efetiva da realidade econômica. De modo mais específico, como o futuro é incerto e desconhecido os indivíduos preferem reter moeda (preferência pela liquidez), o que influenciará as decisões de gastos (consumo ou investimento) que, por sua vez, provocarão flutuações na demanda efetiva e no nível de emprego. Nesse sentido, a moeda aproxima, através de contratos monetários, passado, presente e futuro, coordenando a atividade econômica; tais contratos, denominados em unidades monetárias, *representam* a instituição de uma economia monetária (Ferrari e Conceição, 2001, p.3).

Além da moeda, a firma também é uma instituição importante no sistema econômico, dado que dois princípios norteiam o pensamento pós-keynesianos – a neutralidade da moeda e o papel especial desempenhado pelos empresários numa economia monetária (Feijó, 1999, p.111). As decisões de investimento são tomadas no âmbito da firma, que tem como objetivo maximizar sua taxa de crescimento, o que é realizado com base nas expectativas dos empresários sobre o futuro (Feijó, 1999, p.112). Naturalmente, expectativas desfavoráveis em relação ao futuro podem gerar uma postergação das decisões de investimento, gerando flutuações na demanda efetiva e no nível de emprego. Não basta, no entanto, que expectativas favoráveis sejam formadas e/ou incentivadas, pois “é o grau de confiança nas expectativas que também determina o esforço que terá de ser feito para se implementar decisões de produzir e investir” (Feijó, 1999, p.115). Destarte, expectativas quanto à confiança que os empresários nelas depositam são importantes num ambiente de incerteza, no qual não é possível conhecer o futuro, dado que este é o resultado mesmo das ações e decisões tomadas (ou não) com base nessas expectativas<sup>17</sup>.

---

17 Essa questão ilustra a noção de que a *negatividade* [absence] é real, ou seja, tanto a ação quanto a ausência de ação são responsáveis pela configuração efetiva da realidade. “Falta de chuva em regiões de plantio, não intervenção governamental numa esfera específica da economia, e greves no transporte público são tão causalmente eficazes e *a fortiori* reais, do que, respectivamente, chuva, ativa regulação governamental e trens e ônibus funcionando todo o tempo” (Lawson, 1997, p.63).

Existe uma complexa interconexão entre os níveis micro e macro de análise neste ponto: as firmas formam, ao nível micro, expectativas de vendas para obter os lucros almejados; a confirmação dessas expectativas depende, por outro lado, das próprias firmas gastarem o montante necessário para validar suas expectativas de vendas (Feijó, 2006, p.6).

A confiança nas expectativas futuras depende, em parte, da confirmação de expectativas pretéritas. Tal confirmação significa realização de lucros, o que depende, por sua vez, da efetivação de investimentos cujos retornos não estão garantidos *a priori*. Importante notar que tanto a decisão de investir quanto a decisão de não investir possuem conseqüências, a questão é como estabelecer um ambiente propício à formação de expectativas confiáveis, capazes de incentivar o investimento? Um ambiente institucional estável é importante, mas deve-se considerar que este não se constrói em abstrato, no sentido de que raramente verifica-se a existência de “boas” instituições em economias pouco desenvolvidas<sup>18</sup>.

#### **4.3. Do surgimento da Macroeconomia enquanto disciplina independente da Microeconomia**

Além das conexões conceituais acima mencionadas, Hodgson (1999b) destaca que a Macroeconomia enquanto disciplina destacada da Microeconomia emerge através da obra de Keynes, mas com a ajuda dos institucionalistas americanos (ou VEI). Veblen fornece o conceito de propriedades emergentes e Mitchell contribui com os desenvolvimentos relativos à mensuração dos agregados econômicos. Além disso, Keynes expressa sua compatibilidade intelectual com Commons em uma carta de 1927 – “There seems to me to be no other economist with whose general way of thinking I feel myself in such genuine accord” (Keynes para Commons *apud* Ferrari e Conceição, 2001).

---

<sup>18</sup> Chang (2004) é ilustrativo a esse respeito, fornecendo um bom argumento contra o institucionalismo de Douglass North.

#### 4.3.1. Veblen e o conceito de propriedade emergente: ontologia organicista, relacionalidade interna e realidade estratificada

Lawson (2003b) fornece um conceito de *estrato* emergente compatível com a noção de *propriedade* emergente de David Lane, autor mencionado por Hodgson (1999b, p.2) a esse respeito. Um estrato emergente é aquele que: (i) emerge de estratos inferiores, sendo formado por princípios operativos nesse estrato inferior; (ii) permanece dependente do estrato inferior para sua existência; (iii) contém poderes causais irredutíveis ao estrato inferior, podendo ainda retroagir sobre esse estrato inferior (Lawson, 2003b, p.183).

Portanto, o material orgânico emergiu do material inorgânico. E, de acordo com a concepção que estou defendendo, o domínio social é emergente da (inter-) ação humana, ainda que com propriedades irredutíveis a, porém capazes de afetar causalmente, o último (Lawson, 2003b, p.183).

Deste modo, mesmo que a configuração macro seja resultado das decisões micro, a dimensão macroeconômica – enquanto estrato emergente – guardaria uma autonomia *relativa* no que concerne às interações microeconômicas. Assim justifica-se uma Macroeconomia enquanto disciplina destacada da Microeconomia, o que somente pode ser sustentado caso as dimensões macro e micro possuam propriedades ontológicas irredutíveis umas às outras.

Sem o conceito de propriedades emergentes em Economia, não existe razão através da qual os fenômenos macroeconômicos não devam ser simplesmente analisados em termos microeconômicos: não existe necessidade de um nível relativamente autônomo de análise acima do microeconômico. A existência de propriedades emergentes ao nível macroeconômico torna possível uma macroeconomia relativamente autônoma (Hodgson, 1999b, p.7).

Nesse sentido, é possível considerar dois objetos que demandam não apenas um arcabouço teórico diferenciado, mas também uma perspectiva metodológica distinta. Em primeiro lugar, não seria possível reduzir o resultado macro às interações micro, dada a

existência de propriedades emergentes no domínio macro. Em segundo lugar, investigar o resultado macro sem que se incorra num reducionismo demandaria uma perspectiva holista e uma ontologia organicista. Uma perspectiva holista remete à análise dos agregados macroeconômicos. Adotar uma ontologia organicista significa considerar relações internas, em vez de externas, entre as entidades componentes do sistema econômico, além do reconhecimento de que a realidade é composta de níveis hierárquicos interligados (Hodgson, 1999b, p.8). Essas noções remetem aos conceitos de relacionalidade interna, realidade estratificada<sup>19</sup> e totalidade, desenvolvidos por Bhaskar (1997, 1998) e difundidos na Economia por Lawson (1997, 2003a). O conceito de totalidade refere-se a sistemas cujos elementos guardam entre si uma relacionalidade interna.

Uma relação  $R_{ab}$  pode ser definida como *interna* se e somente se A não fosse o que *essencialmente* é a menos que B esteja relacionado com este do modo como está.  $R_{ab}$  é *simetricamente interna* se o mesmo se aplica a B. ('A' e 'B' podem designar universais ou particulares, conceitos ou coisas, incluindo relações.) A relação burguês-proletariado é simetricamente interna; guarda de trânsito-Estado assimetricamente interna; motorista que passa-policia não (em geral) interna (Bhaskar, 1998, p.222).

Um exemplo é a consideração da firma no sistema econômico. Coase concebe a firma como um mecanismo de alocação alternativo ao mercado<sup>20</sup>. Como o sistema de preços possui um custo – os custos de transação –, o mercado não seria capaz de alocar todos os recursos de modo eficiente, a firma surge então como um mecanismo de alocação alternativo. Caso os custos de transação sejam nulos a firma seria desnecessária. Nesse caso, o resultado macro independe da existência das firmas, de modo que a firma não

---

<sup>19</sup> Bhaskar (1997) propõe que a realidade consiste em três esferas (ou estratos): empírico, efetivo e real. Na esfera empírica estão os objetos identificáveis através da experiência sensível, a esfera efetiva comporta o curso de eventos observados, por fim, na esfera real residem leis e mecanismos causais responsáveis pelo curso efetivo dos eventos. Bhaskar (1997) ilustra essa distinção entre esses três estratos da realidade com o exemplo da atração de pregos por um ímã. O ímã e os pregos representam os objetos empíricos, pertencem, portanto, à esfera do empírico. O evento em si, os pregos sendo atraídos pelo ímã, constitui a esfera do efetivo. O mecanismo que causa a atração dos pregos pelo ímã, no caso o magnetismo, encontra-se na esfera do real. Apesar da apresentação seqüencial, e um pouco esquemática, dos estratos da realidade, estes são irreduzíveis uns aos outros e dessincronizados, de modo que o real não pode ser reduzido ao efetivo, nem o efetivo pode ser reduzido ao empírico.

<sup>20</sup> Ver Coase (1937, 1991).

possui uma relacionalidade interna com o sistema econômico<sup>21</sup>. Numa perspectiva pós-keynesiana, a firma guardaria uma relacionalidade interna com o sistema econômico, já que a decisão de investir parte dos empresários, pois é no âmbito da firma que as decisões de investimento em ativos fixos e de financiamento do investimento são tomadas (Feijó, 1999, p.111-112). Como em sistemas econômicos estão implicadas atividades de produção e consumo não seria possível pensar tais sistemas, pelo menos no capitalismo, sem as firmas organizando a produção. Deste modo, não existiriam firmas fora do sistema econômico e não haveria sistema econômico capitalista na ausência de firmas<sup>22</sup>. Na perspectiva pós-keynesiana a firma integra o ambiente econômico de forma orgânica, juntamente com a moeda e o Estado, categorias distintas quanto às suas propriedades. Firms, moeda e Estado são instituições, mas com poderes e funções que os diferenciam. Tais instituições geram, através de sua inter-relação, um ambiente econômico complexo e não previsível. A indeterminação do futuro, ou incerteza, não implica que tudo é possível, apenas sinaliza que apesar dos condicionamentos institucionais postos por decisões pretéritas, novidades podem ocorrer, o que é característico de sistemas abertos, históricos, como é o caso do ambiente econômico.

A suposição da incerteza no modelo pós-keynesiano não implica a ausência de regras do comportamento humano de padrões estabelecidos do comportamento econômico racional. Pelo contrário, num mundo de incerteza, instituições, regras e convenções emergem para sustentar as decisões (Feijó, 2006, p.3).

Apesar de tanto Coase, um autor da NEI, quanto pós-keynesianos reconhecerem a existência de elementos como incerteza e firma na economia, a forma como essas categorias compõem o sistema econômico é diferente; o que nos remete à discussão metodológica. Coase parte do programa de pesquisa neoclássico, o que implica uma noção de construção teórica diferente da fornecida pelo programa de pesquisa pós-keynesiano.

<sup>21</sup> Pode-se, no máximo, dizer que a firma é assimetricamente relacionada com os custos de transação, visto que são conceitos que emergem juntos, o que não implica que a firma sempre será a alternativa para a redução dos custos de transação.

<sup>22</sup> Poderíamos acrescentar, não haveria sistema capitalista na ausência da moeda como uma mercadoria especial e do Estado.

Isso significa não apenas a consideração de categorias diversas, algumas podendo até ser compartilhadas, mas significa fundamentalmente a adoção de visões de mundo, de concepções ontológicas distintas. Como os fundamentos ontológicos orientam a construção teórica que, por sua vez, geram determinadas prescrições de política econômica (Chick, 2002), ao se organizarem a partir de visões de mundo distintas as duas teorias propostas, apesar de fornecerem elementos teóricos semelhantes, não produzem os mesmos resultados práticos. Se toda teoria veicula uma visão de mundo e a configuração efetiva do mundo é resultado das decisões individuais, baseadas na percepção que os agentes possuem da realidade, então, o sistema econômico em parte é resultado das descrições teóricas que a Economia dele produz, por mais que o *mainstream* econômico se pretenda instrumental e não normativo<sup>23</sup>.

#### 4.3.2. Mitchell e os agregados macroeconômicos: do uso da matemática em Economia

Mitchell, imbuído de uma perspectiva holista e organicista, sustentava que a Economia não deveria começar pela teoria do comportamento individual, mas com a *observação estatística de fenômenos coletivos* (Hodgson, 1999b, p.9). Nesse sentido, Hodgson reconhece Mitchell como um dos pais da Macroeconomia, ao lado de Keynes.

---

<sup>23</sup> Conceito de ciência positiva, ciência normativa e instrumentalismo em Friedman (1981). Sayer aponta que *abstrações caóticas* são incapazes de capturar necessidades naturais, acabando por dividir o indivisível; não são capazes de capturar relações internas. Já *abstrações racionais* estão aptas a capturar relações internas, e também relações externas (Sayer, 1998, p.127). Esse ponto é importante porque todas as teorias produzem abstrações, pois essa é a única forma do pensamento capturar a realidade, a questão significativa é como essas abstrações são produzidas. O *mainstream* econômico sustenta a cientificidade de seus modelos “abstratos” a partir do argumento de que toda abstração produz um corte na realidade, não podendo reproduzi-la teoricamente em sua completude, portanto, fica justificada a produção de modelos baseados em hipóteses irrealistas. Como a realidade jamais pode ser conhecida em sua completude (nem objetivamente, pode-se acrescentar), as teorias não podem ser julgadas com base na objetividade de suas formulações conceituais, o único critério de avaliação disponível é, conseqüentemente, a capacidade preditiva das teorias (Friedman, 1981). O que Sayer está propondo é que não existe um único método de abstração, não existe um único modo de construção teórica. Um exemplo são as distintas concepções de firma entretidas por pós-keynesianos e Coase. Naturalmente, distintos métodos de abstração estão fundamentados em ontologias diferentes; métodos dedutivo e/ou indutivo são próprios de ontologias planas (realidade empírico-efetiva), enquanto o método retrodutivo é próprio de uma ontologia estratificada nos domínios empírico, efetivo e real (Cavalcante, 2005).

Para o Keynesianismo, a crença anti-reducionista de Mitchell foi crucial. Estando tradicionalmente ligado a visões holistas e organicistas, o institucionalismo desenvolveu e sancionou a conceituação e a mensuração dos agregados econômicos. Através do desenvolvimento das contas nacionais [*national income accounting*] o trabalho de Mitchell e seus colegas influenciou e inspirou a macroeconomia de Keynes (Hodgson, 1999b, p.10).

Finalmente, resta questionar por que Keynes e a economia pós-keynesiana possuem um reconhecimento em Economia não compartilhado pela VEI? Este é um fato curioso se considerarmos o fato de que a Macroeconomia surge através da obra de Keynes e dos desenvolvimentos dos institucionalistas americanos, conforme nos informa Hodgson. O próprio Hodgson fornece uma resposta que remete ao uso da matemática em Economia. Ao contrário dos pós-keynesianos, os autores da VEI, originais e continuadores, não teriam dado muita atenção à modelagem matemática<sup>24</sup>.

Aparentemente os institucionalistas, enquanto enfatizavam a complexidade dos fenômenos econômicos e a necessidade de cuidadosas pesquisas empíricas, foram superados teoricamente [*out-theorised*] pelos matemáticos Keynesianos (Hodgson, 1999b, p.11).

Esse fato torna-se ainda mais curioso se considerarmos que a VEI vindicava para si o posto de ciência empírica, contra as teorias excessivamente abstratas da ortodoxia econômica. Mitchell já apontava para o uso da Estatística em Economia antes da formação, na década de 1930, da Sociedade de Econometria.

A questão do uso da Matemática nas ciências sociais é avaliada de modo distinto por autores que, a partir de diferentes referenciais filosóficos, se denominam realistas como Hodgson (2006), Blaug (2002) e Lawson (1997). Embora imbuídos de noções filosóficas de realismo distintas, os autores concordam que a utilização da matemática por ela mesma empobrece a teoria econômica, em lugar de fortalecê-la. A questão não é eliminar a matemática da ciência econômica, o que é inaceitável é a subordinação da ciência a seus instrumentos teóricos, sejam eles matemáticos ou não<sup>25</sup>. Realistas críticos como Lawson

<sup>24</sup> Interessante notar que também a NEI sofre críticas no que concerne às dificuldades de formalização. Ver Ménard (2001).

<sup>25</sup> Como aponta Ménard (2001), em defesa da NEI, nem todos os modelos são matemáticos.

sustentam que no processo de conhecimento a prioridade ontológica é do objeto. Isso significa dizer que a questão não é o que podemos conhecer a partir do instrumental teórico disponível, mas o que o objeto nos permite conhecer.

(...) é a natureza dos objetos que determina sua possibilidade cognitiva para nós; de modo que, na natureza, é a humanidade que é contingente e o conhecimento, por assim dizer, accidental. Desta forma, é porque paus e pedras são sólidos que eles podem ser apanhados e arremessados, não porque eles podem ser apanhados e arremessados que eles são sólidos (ainda que o fato de poderem ser manuseados dessa maneira possa ser uma condição necessária para nosso *conhecimento* de sua solidez) (Bhaskar, 1998, p. 206).

Dos três autores referidos, Lawson certamente é o que fornece as críticas mais radicais à formalização em Economia, sustentando uma modalidade de realismo distinta das de Hodgson e Blaug. A questão para Lawson e para os realistas críticos não é se os supostos da teoria são verdadeiros, mas se a construção teórica remete às propriedades do objeto, não é, portanto, uma questão de produzir modelos com supostos mais realistas, mas teorias com maior poder explanatório, cuja visão de mundo descreve de forma mais objetiva que suas concorrentes o sistema econômico. Assim, sustenta Lawson, seu realismo está diretamente ligado à ontologia, ou à natureza, constituição e estrutura dos objetos de estudo (Lawson, 1997, p.15).

Seguindo o argumento de Lawson (1997), o desenvolvimento da ciência econômica não pode estar subordinado às técnicas matemáticas, o que significa que determinados elementos componentes da realidade econômica não devem ser desconsiderados apenas pelo fato de não serem passíveis de formalização matemática. Isso constituiria, nos termos dos realistas críticos, uma falácia epistêmica, ou uma redução de questões ontológicas a questões epistemológicas, ou a subordinação do objeto aos instrumentos teóricos utilizados para conhecê-lo. Conforme assinala Hodgson (1993), não é comum à ciência se definir a partir do seu conjunto de instrumentos teóricos, em lugar do seu objeto de estudo. Isso não significa que a matemática não possa ser utilizada em Economia, o que não é negado por nenhum dos autores acima referidos, todavia, a matemática permanece um instrumento, não o objetivo último da construção teórica. Essa é a diferença básica entre uma metodologia

instrumental e a crítico-realista proposta por Lawson<sup>26</sup>. Nesse ponto os mais diversos tipos de realistas estariam de acordo.

## 5. Conclusão

Nas seções 2 e 3 foram apresentadas as várias ramificações tanto da economia institucional quanto da economia keynesiana, dentre as quais foram destacados os velhos institucionalistas e os pós-keynesianos para uma aproximação teórica. O que permite a compatibilização dessas duas escolas de pensamento é a identificação de um compartilhamento de princípios ontológicos, colocando pós-keynesianos e velhos institucionalistas num mesmo programa de pesquisa científico. A negação do funcionamento da economia como algo estático e regulado pelas forças de mercado na busca de estados de equilíbrio, e a proposta de teorização da economia enquanto processo dinâmico, em que as decisões seriam tomadas sob incerteza, são pontos que representam uma visão de mundo comum aos pós-keynesianos e aos velhos institucionalistas. Nesse sentido, a compatibilização proposta não significa apenas o reconhecimento da importância de determinados elementos teóricos, o que pode ser verificado entre autores da VEI e da NEI em relação às instituições e entre pós-keynesianos e novos-keynesianos no que concerne à moeda, mas fundamentalmente representa uma concepção comum referente à forma como se constituem e interagem os elementos componentes do sistema econômico. Esse ponto foi ilustrado com a noção de firma para pós-keynesianos e para Coase, autor da NEI.

Na seção 4 foram apresentados argumentos que apontam no sentido de uma profícua colaboração entre a VEI e a economia pós-keynesiana. Inicialmente discutiu-se o papel das instituições como fundamento para a tomada de decisão num ambiente de incerteza. Em seguida, foram propostas três instituições especiais, moeda, firmas e Estado,

---

<sup>26</sup> O instrumentalismo metodológico remonta a um artigo de 1953 de Friedman (1981), no qual o autor defende que teorias científicas não são verdadeiras nem falsas, mas apenas instrumentos que nos permitem produzir previsões acuradas acerca dos eventos econômicos.

em que apenas as duas primeiras foram consideradas sob a ótica pós-keynesiana. Por fim, o argumento de Hodgson (1999b) acerca da participação da VEI no surgimento da Macroeconomia foi considerado. Dois autores foram destacados, Veblen e Mitchell. Veblen teria, com a noção de propriedade emergente, permitido a defesa da Macroeconomia enquanto disciplina independente da Microeconomia. Mitchell teve ainda participação importante no desenvolvimento dos agregados macroeconômicos, sendo considerado por Hodgson um dos pais da Macroeconomia.

Outro ponto que mereceu atenção foi o maior reconhecimento, no âmbito dos debates teóricos em Economia, da economia pós-keynesiana e de certa desatenção dispensada aos velhos institucionalistas. A razão para tal, afirma Hodgson, teria sido a maior ênfase na modelagem matemática por parte dos pós-keynesianos, que nem por isso se aproximam do programa de pesquisa neoclássico. A questão do uso da matemática em Economia suscita debates no âmbito da metodologia econômica. Tais debates são importantes não apenas para a ciência econômica, mas para as correntes heterodoxas que muito freqüentemente são rechaçadas por falta de rigor matemático-formal, o que remete à questão do por que se constroem teorias econômicas: para ampliar seu rigor matemático e poder preditivo ou para capturar objetivamente a realidade econômica e nela interferir? Conforme indicado em alguns pontos, teorias diversas produzem visões de mundo distintas, e a sociedade é em parte permeada pelas concepções que dela entretemos. Sendo a Economia uma ciência de destaque entre as ciências sociais, seu papel no molde das estruturas sociais não seria desprezível.

## 6. Referências

AUGUSTO, André Guimarães. Regulation School and the Contemporary Heterodoxies. In: INTERNATIONAL WORKSHOP UFF-UNISI, 2., 1-2 jun., Niterói, 2006.

BACKHOUSE, Roger. *A History of Modern Economic Analysis*. Oxford: Blackwell, 1985.

BHASKAR, Roy. *A Realist Theory of Science*. London: Verso, 1997.

\_\_\_\_\_. Societies. In: ARCHER, Margaret; BHASKAR, Roy; COLLIER, Andrew; LAWSON, Tony; NORRIE, Alan. (Ed.) *Critical Realism: essential readings*. Londres: Routledge, 1998.

BLAUG, Mark. Ugly currents in modern economics. In: MÄKI, Uskali. (ed.) *Fact and Fiction in Economics: Models, Realism and Social Construction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

CALDWELL, Bruce. *Beyond positivism: economic methodology in the twentieth century*. Londres: George Allen & Unwin, 1982.

CARVALHO, Fernando J. Cardin. Fundamentos da Escola Pós-Keynesiana: a Teoria de uma Economia Monetária. In: AMADEO, Edward et al. (org.). *Ensaio sobre Economia Política Moderna: Teoria e História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

\_\_\_\_\_. Sobre ordem, incerteza e caos em economia. *Revista Brasileira de Economia*, vol.48, n.2, p.179-188, 1994.

\_\_\_\_\_. *Mr Keynes and the Post Keynesians: principles of macroeconomics for a monetary production economy*. Cheltenham: Edward Elgar, 1992.

CAVALCANTE, Carolina Miranda. Ciência e Filosofia: uma discussão acerca da possibilidade do conhecimento objetivo. Niterói: [s.n.], 2005.

CHANG, Ha-Joon. Breaking the mould: an institutionalist political economy alternative to the neo-liberal theory of the market and the state. *Cambridge Journal of Economics*, vol.26, n.5, set., p.539-559, 2002.

\_\_\_\_\_. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP, 2004.

CHICK, Victoria. Theory, method and mode of thought in Keynes's *General Theory*. In: Conference of the International Network for Economic Methodology, Stirling, 2002.

COASE, Ronald. The Nature of The Firm. *Economica*, November 1937, pp. 386-495. Disponível em: [http://people.bu.edu/vaguirre/courses/bu332/nature\\_firm.pdf](http://people.bu.edu/vaguirre/courses/bu332/nature_firm.pdf) (acesso em: 01.08.2005).

\_\_\_\_\_. The Problem of Social Cost. *Journal of Law and Economics*, 3(1), p.1-44, 1960. Disponível em: <http://www.sfu.ca/~allen/CoaseJLE1960.pdf> (acesso em: 01.08.2005).

\_\_\_\_\_. The institutional structure of production. Nobel Lecture, 1991. Disponível em: <http://nobelprize.org/economics/laureates/1991/coase-lecture.html> (acesso em: 01.08.2005).

\_\_\_\_\_. The New Institutional Economics. *The American Economic Review*, vol.88, n.2, mai., p.72-74, 1998.

CONCEIÇÃO, Otavio Augusto Camargo. Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: há convergência teórica no pensamento institucionalista? *Revista de Análise Econômica*, ano 19, n.36, 2001.

\_\_\_\_\_. Além da transação: uma comparação do pensamento dos institucionalistas com os evolucionários e pós-keynesianos. In: ECONTRO NACIONAL DE ECONOMIA da Anpec, 32., João Pessoa, 2004.

DAVIDSON, Paul. *Money and the real world*. Hampshire: MacMillan Press, 1978.

DUAYER, Mário; MEDEIROS, João Leonardo; PAINCEIRA, Juan Pablo. A miséria do instrumentalismo na tradição neoclássica. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.15, n.4, p. 723-783, out.-dez., 2001.

FEIJÓ, Carmem Aparecida. Decisões empresariais em uma economia monetária de produção. In: LIMA, Gilberto Tadeu; SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando. (orgs.) *Macroeconomia moderna: Keynes e a Economia contemporânea*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

\_\_\_\_\_. Micro and Macro relations in a Monetary Production Economy. In: INTERNATIONAL WORKSHOP UFF-UNISI, 2., 1-2 jun., Niterói, 2006.

FILHO, Fernando Ferrari; CONCEIÇÃO, Otavio Augusto Camargo. A noção de incerteza nos pós-keynesianos e institucionalistas: uma conciliação possível? In: ECONTRO NACIONAL DE ECONOMIA da Anpec, 29., Salvador, 2001.

FORSTATER, Mathew. An institutionalist Post Keynesian methodology of economic policy with an application to full employment. Working Paper nº18, 2001. Disponível em: <http://www.cfeps.org/pubs/wp-pdf/WP18-Forstater.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2006.

FRIEDMAN, Milton. A Metodologia da Economia Positiva. *Edições Multiplic*, v.1, n.3, p. 163-200, fev., 1981.

HODGSON, Geoffrey. Post-Keynesianism and Institutionalism: the missing link. In: PHEBY, John. (ed.) *New Directions in Post-Keynesian Economics*. Adelshot: Edward Elgar, 1989.

\_\_\_\_\_. Calculations, Habits and Action. In: GERRARD, Bill. *The Economics of Rationality*. London: Routledge, 1993.

\_\_\_\_\_. The Return of Institutional Economics. In: SMELSER, Neil; SWEDBERG, Richard. (eds.) *The Handbook of Economic Sociology*. New York: Princeton University Press, 1994.

\_\_\_\_\_. *Evolution and Institutions: on evolutionary economics and the evolution of economics*. Cheltenham: Edward Elgar, 1999a. 345 p.

\_\_\_\_\_. Post Keynesianism and Institutionalism: another look at the link. In: SETTERFIELD, Mark. *Growth, Employment and Inflation: essays in honour of John Cornwall*. London: Macmillan, 1999b.

\_\_\_\_\_. A evolução das instituições: uma agenda para pesquisa teórica futura. *Revista Econômica*, v.3, n.1, p.97-125, junho, 2001.

\_\_\_\_\_. What are institutions? *Journal of Economic Issues*, vol.40, n.1, 2006.

\_\_\_\_\_. The problem of formalism in economics. In: HODGSON, Geoffrey. *Economics in the Shadows of Darwin and Marx: Essays on Institutional and Evolutionary Themes*. Cheltenham: Edward Elgar (2006).

KEYNES, John Maynard. *The General Theory of Employment, Interest, and Money*. New York: Prometheus Books, 1997.

KUHN, Thomas Samuel. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 7. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

LAWSON, Tony. The nature of Post Keynesianism and its links to other traditions: a realist perspective. *Journal of Post Keynesian Economics*, vol.16, n.4, p.503-538, 1994.

\_\_\_\_\_. *Economics and Reality*. London: Routledge, 1997.

\_\_\_\_\_. Connections and distinctions: Post Keynesianism and critical realism. *Journal of Post Keynesian Economics*, vol.22, n.1, p.3-14, 1999.

\_\_\_\_\_. *Reorienting Economics*. London: Routledge, 2003a.

\_\_\_\_\_. Institutionalism: on the need to firm up notions of social structure and the human subject. *Journal of Economic Issues*, vol.XXXVII, n.1, mar., p.175-207, 2003b.

\_\_\_\_\_. The nature of institutional economics. *Evolutionary and Institutional Economics Review*, 2(1), p.7-20, 2005a.

\_\_\_\_\_. The nature of heterodox economics. *Cambridge Journal of Economics*, vol.1, n.23, 2005b.

LIMA, Gilberto Tadeu; SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando. (orgs.) *Macroeconomia moderna: Keynes e a Economia contemporânea*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LIMA, Luiz Antonio de Oliveira. Uma reconsideração dos fundamentos microeconômicos da macroeconomia. In: LIMA, Gilberto Tadeu; SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando. (orgs.) *Macroeconomia moderna: Keynes e a Economia contemporânea*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MÉNARD, Claude. Methodological issues in new institutional economics. *Journal of Economic Methodology*, vol.8, n.1, p.85-92, 2001.

MOREIRA, Ricardo Ramallete. Relativizando o dilema estabilidade *versus* instabilidade: Keynes, o *Mainstream* e o conceito de *bifurcação* em Economia. *Revista Economia*, vol.7, n.1, jan.-abr., p.189-216, 2006.

NORTH, Douglass. Economic Performance Through Time. Nobel Lecture, 1993. Disponível em: <http://nobelprize.org/economics/laureates/1993/north-lecture.html>. Acesso em: 25 jul. 2005.

RADZICKI, Michael. Expectation Formation and Parameter Estimation in Uncertain Dynamical Systems: The System Dynamics Approach to Post Keynesian-Institutional Economics. In: Proceedings of the Twenty Second International System Dynamics Conference, jul., Keble College, University of Oxford, Oxford, 2004.

\_\_\_\_\_. Institutional Economics, Post Keynesian Economics, and System Dynamics: Three Strands of a Heterodox Economics Braid. In: HARVEY, John; GARNETT, Robert (eds.). *The Future of Heterodox Economics*. Michigan: University of Michigan Press, 2005.

RAUD-MATTEDI, Cécile. Análise crítica da Sociologia Econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. *Política e Sociedade*, v.6, p.59-82, 2005.

RICHTER, Rudolf. Macroeconomics from the viewpoint of modern institutional economics, 2001. Disponível em: <http://www.uni-saarland.de/fak1/fr12/albert/mitarbeiter/richter/institut/macroinst.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2006.

RUTHERFORD, Malcolm. *Institutions in Economics: the old and the new institutionalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

\_\_\_\_\_. Institutional Economics: then and now. *Journal of Economic Perspectives*, 15(3), p.173-194, 2001.

\_\_\_\_\_. Bounded Rationality. In: EATWELL, J. et. alli. (ed.). *The New Palgrave*. London: Macmillan, 1987.

SAYER, Andrew. Abstraction: a realist interpretation. In: ARCHER, Margaret et al. (Ed.) *Critical Realism: essential readings*. Londres: Routledge, 1998.

THÉRET, Bruno. As instituições entre as estruturas e as ações. *Lua Nova*, n.58, p.225-254, 2003.

VEBLEN, Thorstein. Why is Economics not an Evolutionary Science. In: \_\_\_\_\_. *The place of science in modern civilization and other essays*. New York: Russell & Russell, 1961[1898].

\_\_\_\_\_. The preconceptions of economic science II. In: VEBLEN, Thorstein. *The place of science in modern civilization and other essays*. New York: Russell & Russell, 1961[1899].